



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA – FCPC
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA
EDITAL Nº 01/ARACATI/FCPC DE 15 DE JULHO DE 2026

Professor da Educação Básica II (Anos Finais) – Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Instruções

Prezado(a) Candidato(a),

Para assegurar a tranquilidade no ambiente de prova, a eficiência da fiscalização e a segurança no processo de avaliação, lembramos a indispensável obediência aos itens do Edital e aos que seguem:

01. Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente e documento de identidade**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira, em saco entregue para tal fim. Os **celulares devem ser desligados**, antes de guardados. O candidato que for apanhado portando celular será automaticamente eliminado do certame.
02. Anote o seu número de inscrição e o número da sala, no espaço reservado neste Caderno de Questões.
03. Antes de iniciar a resolução das 50 (cinquenta) questões, verifique se o Caderno está completo e se as questões seguem a seguinte ordem: de 01 a 10 – Língua Portuguesa; de 11 a 20 – Noções de Administração Pública; de 21 a 30 – Aspectos Históricos, Geográficos e Administrativos do Município de Aracati e de 31 a 50 – Conhecimentos Específicos. Qualquer reclamação de defeito no Caderno deverá ser feita nos primeiros 30 (trinta) minutos após o início da prova.
04. Ao receber a Folha Resposta, confira os dados do cabeçalho. Havendo necessidade de correção de algum dado, chame o fiscal. Não use corretivo nem rasure a Folha Resposta.
05. A prova tem duração de **4 (quatro) horas** e o tempo mínimo de permanência em sala de prova é de **1 (uma) hora**.
06. É terminantemente proibida a cópia do gabarito.
07. A Folha Resposta do candidato será disponibilizada em sua área individual na data estabelecida no Cronograma de Atividades.
08. Ao terminar a prova, não esqueça de assinar a Lista de Presença e Ata de Sala e a Folha Resposta, no campo destinado à assinatura, e de entregar o Caderno de Questões e a Folha Resposta ao fiscal de sala.

Atenção! Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e após a assinatura na Lista de Presença e Ata de Sala.

Boa prova!

Data: 27 de setembro de 2026.

Inscrição

Sala

01 Durante toda a minha vida recebi apenas amor condicional. Desde criança, para me sentir
02 amada, intuía que precisava “brilhar”. Não sei por qual razão, ou talvez até saiba, nunca me
03 pareceu que seria amada por ser exatamente quem eu era e, por isso, não media esforços para
04 superar as expectativas que as pessoas tinham sobre mim. Eu simplesmente não suportava ver
05 alguém dos meus precisando de algo que eu, ainda que não fosse solicitada, já estava a postos
06 para oferecer ajuda. De ouvido amigo à pintura de apartamento ou faxina, eu sempre estava
07 lá. A princípio eu não sabia, mas esse era o meu jeito de me fazer presente e, quem sabe, de
08 também me sentir amada.

09 Demorei muitos anos para notar o detalhe mais relevante dessa história que narro: ninguém
10 pedia. Eu sempre chegava antes do pedido, me antecipando e me fazendo imprescindível ou,
11 pelo menos, eu acreditava nisso. Foi lendo o livro 'O Ser e o Nada', de Sartre, que notei que eu
12 era como o garçom que o filósofo descreve no livro.

13 Sartre narra que, ao observar um garçom em um café parisiense, notou que seus gestos
14 eram precisos demais: o passo era um pouco apressado, a bandeja era equilibrada com o que o
15 autor chamou de virtuosismo desnecessário, e a voz solícita demais ao anotar o pedido.
16 Olhando para a cena, o filósofo se perguntou, afinal, o que aquele homem estava fazendo e
17 conclui que ele estava brincando de ser garçom. Ele estava representando para si mesmo e para
18 os demais o garçom ideal, num papel que precisa ser encenado o tempo inteiro, com zelo e com
19 sobra. Naquele caso, percebeu Sartre, o exagero era a prova de que se tratava de uma atuação.

20 Me identifiquei nessa narrativa de um modo desconcertante. O meu excesso era o mesmo
21 do garçom: chegar antes do pedido, antecipar a necessidade, estar a postos sem ser chamada,
22 nada disso é exigência de quem ajuda, mas sim de quem representa. O ajudar genuíno admite
23 pausa, ausência e até mesmo dizer não de vez em quando. Mas quem está atuando não pode se
24 recusar nunca, pois o papel precisa ser reafirmado diariamente diante do olhar dos outros,
25 senão desmancha. A conclusão, de todo amarga, era que eu não estava apenas ajudando os
26 meus, mas provando que eu era útil, para eles e para mim. Hoje não quero mais ser amada por
27 ser útil. Quero ser amada por quem eu sou [...].

CARDOSO, Juraciara Vieira. A vida útil. **Estado de Minas**. 20/07/2026. Disponível em:
<https://www.em.com.br/columnistas/vitalidade/2026/07/7463360-a-vida-util.html>. Acesso em 12 set. 2026.

01. Assinale a alternativa que reescreve, mantendo o sentido, o trecho "...eu, ainda que não fosse solicitada, já estava a postos para oferecer ajuda" (linhas 05-06).

- A) A fim de oferecer ajuda, já que fui solicitada, eu já estava a postos.
- B) Mesmo sem ser solicitada, eu já estava a postos para oferecer ajuda.
- C) Eu logo estava a postos para oferecer ajuda, assim que fosse solicitada.
- D) Desde que não fosse solicitada, eu já estava a postos para oferecer ajuda.

02. Assinale a alternativa cujo termo aponta para o mesmo referente da palavra destacada em "um garçom em um café parisiense" (linha 13).

- A) "garçom" (linha 18).
- B) "papel" (linha 18).
- C) "garçom" (linha 21).
- D) "quem" (linha 23)

03. No trecho "e a voz solícita demais ao anotar o pedido" (linha 15), o termo destacado poderia ser substituído sem prejuízo do sentido por:

- A) afetada.
- B) animada.
- C) prestativa.
- D) solicitante.

04. Assinale a alternativa cuja palavra apresenta o mesmo sentido da destacada em "O meu excesso era o mesmo do garçom" (linhas 20-21).
- A) "virtuosismo" (linha 15).
 - B) "zelo" (linha 18).
 - C) "exagero" (linha 19).
 - D) "atuação" (linha 19).
05. Assinale a alternativa que classifica corretamente as duas orações subordinadas presentes no trecho: "Sartre narra que, ao observar um garçom em um café parisiense, notou que seus gestos eram precisos demais" (linhas 13-14).
- A) As duas são orações adverbiais.
 - B) As duas são orações substantivas.
 - C) Uma é adjetiva e outra, adverbial.
 - D) Uma é adverbial e outra, substantiva.
06. Assinale a alternativa em que o pronome pessoal de primeira pessoa está empregado conforme a norma padrão escrita, como em "...provando que eu era útil para eles e para min" (linha 26).
- A) A semelhança entre eu e ele era desconcertante.
 - B) Era difícil para eu negar qualquer ajuda aos meus.
 - C) As pessoas não vinham até eu para me pedir ajuda.
 - D) A história serviu para eu refletir sobre minha atitude.
07. Assinale a alternativa cuja grafia do verbo *intuir* segue as normas vigentes, como "intuía" (linha 02).
- A) Afinal, intuímos que precisamos mudar.
 - B) Se observasse mais, intuíria que estava errada.
 - C) Intuíremos intenções, quando estivermos atentos.
 - D) A autora intuíu que era como o garçom de Sartre.
08. Sobre os termos "ajuda" (linha 06) e "ajudar" (linha 22), é correto afirmar que:
- A) constituem exemplos de derivação imprópria.
 - B) o segundo é classificado como verbo primitivo.
 - C) o primeiro é uma derivação sufixal do segundo.
 - D) "ajuda" se formou por perda de terminação verbal.
09. Assinale a alternativa em que o verbo está empregado no mesmo modo verbal do destacado em: "ainda que não fosse solicitada" (linha 05).
- A) "talvez até saiba" (linha 02).
 - B) "ninguém pedia" (linhas 09-10).
 - C) "Sartre narra que..." (linha 13).
 - D) "...de quem representa" (linha 22).
10. Assinale a alternativa que identifica corretamente a função sintática do termo destacado em: "...num papel que precisa ser encenado o tempo inteiro, com zelo e com sobra" (linhas 18-19).
- A) sujeito.
 - B) predicativo.
 - C) objeto direto.
 - D) agente da passiva.

11. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:
- A) Os maiores de sessenta e cinco anos.
 - B) Os maiores de setenta anos.
 - C) Os maiores de setenta e cinco anos.
 - D) Os maiores de quatorze e menores de dezessete anos.
12. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:
- A) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - B) Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe negada a opção pela remuneração.
 - C) Investido no mandato de senador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - D) Em qualquer caso que exija afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será considerado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Aracati, em relação à divisão administrativa do município, é correto afirmar:
- A) A instalação do distrito se dará com a maioria absoluta da Câmara.
 - B) O distrito terá como sede o povoado mais populoso, que lhe dará o nome, e será elevado à categoria de vila.
 - C) O município pode dividir-se, para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei, sem necessidade de consulta plebiscitária.
 - D) Na fixação das divisas distritais, deve-se observar formas assimétricas, estranguladas e alongadas.
14. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação, considera-se primariedade:
- A) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
 - B) Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
 - C) Qualidade da informação produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
 - D) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
15. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:
- A) Ultrassecreta - 20 (vinte) anos, secreta - 10 (dez) anos e reservada - 3 (três) anos.
 - B) Ultrassecreta - 25 (vinte e cinco) anos, secreta - 15 (quinze) anos e reservada - 5 (cinco) anos.
 - C) Ultrassecreta - 30 (trinta) anos, secreta - 20 (vinte) anos e reservada - 8 (oito) anos.
 - D) Ultrassecreta - 35 (trinta e cinco) anos, secreta - 25 (vinte e cinco) anos e reservada - 10 (dez) anos.

16. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, considera-se controlador:
- A) Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais objeto de tratamento.
 - B) Pessoa jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do operador.
 - C) Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
 - D) Pessoa indicada pelo operador para atuar como canal de comunicação entre os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
17. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e alguns princípios, como o da finalidade, que consiste em:
- A) Limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.
 - B) Compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.
 - C) Garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
 - D) Realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
18. Os planos direcionados para o cumprimento das diretrizes e dos objetivos de bem-estar, saúde e qualidade de vida no trabalho e de valorização dos profissionais da educação, baseados na Lei nº 14.681, serão optativos para as instituições privadas e deverão ser elaborados periodicamente, em regime de colaboração, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Esses planos deverão ser regularmente elaborados e publicados no prazo de até:
- A) 24 (vinte e quatro) meses após a posse do respectivo chefe do Poder Executivo.
 - B) 18 (dezoito) meses após a posse do respectivo chefe do Poder Executivo.
 - C) 14 (quatorze) meses após a posse do respectivo chefe do Poder Executivo.
 - D) 6 (seis) meses após a posse do respectivo chefe do Poder Executivo.
19. Dentre os atributos característicos da redação oficial, destacam-se a coesão e a coerência, que favorecem a conexão, a ligação, a harmonia entre os elementos de um texto. Percebe-se que o texto tem coesão e coerência ao lê-lo, pois as palavras, as frases e os parágrafos estão entrelaçados, dando continuidade uns aos outros. Alguns mecanismos que estabelecem a coesão e a coerência de um texto são a referência, a substituição, a elipse e o uso de conjunções. Sobre a elipse, é correto afirmar:
- A) Consiste na omissão de um termo recuperável pelo contexto.
 - B) Usada para estabelecer ligação entre orações, períodos ou parágrafos.
 - C) É a colocação de um item lexical no lugar de outro(s) ou no lugar de uma oração.
 - D) Diz respeito aos termos que se relacionam a outros necessários à sua interpretação. Esse mecanismo pode dar-se por retomada de um termo, relação com o que é precedente no texto, ou por antecipação de um termo cuja interpretação dependa do que se segue.
20. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos:
- A) A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e técnicos.
 - B) A instrução fundamental e técnica será obrigatória. A instrução elementar será acessível a todos, bem como a instrução superior, baseada no mérito.
 - C) A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais.
 - D) Não existe prioridade de direito na escolha do gênero de instrução a ser ministrado.

21. Aracati, no período colonial, era conhecida como uma das vilas de maior progresso material na Capitania do Ceará. Essa situação está relacionada:
- A) A extração de sal e de argila, de alto valor comercial.
 - B) Ao desenvolvimento econômico propiciado pelas charqueadas.
 - C) À opulência na arquitetura e o trato social dos seus habitantes.
 - D) A baixa ação militar da vila contra os povos originários e estrangeiros.
22. Em 2008 foram iniciadas as obras do parque eólico no município de Aracati. Os investimentos empregados na energia movida pelos ventos, a partir de então, se intensificaram em razão:
- A) Da consulta prévia à comunidade onde foram instalados os aerogeradores, extinguindo os conflitos territoriais.
 - B) Das lutas da comunidade do Cumbe em favor da energia limpa gerada pelo parque eólico em comparação com as termelétricas e usinas nucleares.
 - C) Do amplo projeto público-privado que se utilizou da retórica sobre a produção de energia limpa, apesar dos impactos negativos gerados para o meio ambiente.
 - D) Dos impactos positivos desse tipo de energia, em toda a faixa litorânea de Aracati.
23. Localizado a 14 km da sede do município de Aracati, o Cumbe é uma localidade rural e praieira, cercada por mangues, dunas, lagoas e um braço do Rio Jaguaribe. Entre outras características socioculturais está:
- A) O apoio irrestrito aos empreendimentos eólicos promovidos na localidade.
 - B) A manutenção de empreendimentos comunitários como um museu e um “pesque e pague”.
 - C) A existência de um quilombo que está em processo de certificação pela Fundação Palmares.
 - D) A manutenção de um turismo de base comunitária e étnica como uma das mais importantes estratégias de sustentabilidade local.
24. O Museu Jaguaribano está situado no Solar do Barão do Aracati, um sobrado histórico do século XIX, no centro histórico de Aracati, desde a sua fundação em 1968. Esse espaço cultural da cidade:
- A) Apesar de salvaguardar materiais diversos, ainda reifica memórias elitistas.
 - B) Restringe-se a salvaguardar as memórias e histórias do Aracati.
 - C) É mantido desde os seus primórdios pela Prefeitura Municipal.
 - D) Foi criado para tratar da memória do Barão de Aracati.
25. Erguida de costas para o Rio Jaguaribe a fim de evitar os odores do abate de gado, a malha urbana de Aracati sofreu com os impactos de grandes cheias sazonais, tema de crônicas e investigações sobre o planejamento urbano e as catástrofes naturais locais. Sobre o assunto, os especialistas:
- A) Afirmam que apenas os fatores naturais explicam as grandes cheias.
 - B) Não encontraram registros de grandes enchentes no período colonial.
 - C) Mostram que o Açude Castanhão não contribuiu para mitigar as enchentes.
 - D) Indicam que existem fatores antrópicos e hidroclimáticos que concorrem para formar as enchentes.
26. Além do desenvolvimento material, Aracati foi um fervilhante centro ideológico nas tensões do Nordeste Imperial e palco de episódios políticos como:
- A) A Revolução Praieira.
 - B) A Confederação do Equador.
 - C) A defesa da escravidão negra.
 - D) A revolta dos jangadeiros liderada pelo Dragão do Mar.

27. As irmandades religiosas em Aracati tiveram uma participação expressiva na organização social, econômica e urbana da cidade durante o período colonial e imperial, atuando:
- A) Como demarcadoras de profundas diferenças sociais.
 - B) Como divulgadoras dos princípios do Concílio Vaticano II.
 - C) Como centros de convivência comunitária de homens brancos.
 - D) Como construtoras de igrejas e cemitérios para toda a população local.
28. Dentro do panorama socioeconômico do Litoral Leste do Ceará, de acordo com o levantamento do IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), em 2025, Aracati está situado como:
- A) O mais antigo município da região.
 - B) O maior município em extensão territorial
 - C) Um dos três melhores em aspectos educacionais.
 - D) O que possui o menor PIB (Produto Interno Bruto).
29. Embora tenha um Plano Diretor atualizado, aprovado em Agosto de 2025, o município possui pontos de atenção crítica como:
- A) Ausência de voçorosas.
 - B) Inexistência de um aterro sanitário.
 - C) Problemas na qualidade da água encanada.
 - D) Defasagem histórica de saneamento básico.
30. Aracati possui seu núcleo urbano tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desde o ano 2000. Recentemente, historiadores têm debatido às narrativas associadas a esse patrimônio como:
- A) Promotoras de um total apagamento da presença negra.
 - B) Pouco focadas na biografia dos filhos ilustres de Aracati.
 - C) Muito concentradas na exaltação dos casarões coloniais e igrejas barrocas.
 - D) Plurais, visto que contemplam diferentes segmentos sociais da história da cidade.

31. A Resolução nº 7, de 14 de Dezembro de 2010, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, indica que o direito à educação é um direito inalienável do ser humano. O artigo 8º, que demarca a faixa etária própria desta etapa, dispõe:
- A) É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de abril do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.
 - B) É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.
 - C) É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de janeiro do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.
 - D) O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 15 (quinze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.
32. A Resolução nº 7, de 14 de Dezembro de 2010, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, estabelece a carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular. Atualmente, esta carga horária corresponde à:
- A) 700 (setecentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.
 - B) 700 (setecentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 210 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.
 - C) 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.
 - D) 900 (novecentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.
33. O Art. 32 da Resolução nº 7 de 14 de Dezembro de 2010 dispõe sobre o papel da avaliação da aprendizagem no processo formativo. Segundo ele, a avaliação deverá ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica. Com isso, ela deverá:
- A) Reconhecer o direito do aluno e da família de discutir os resultados de avaliação, inclusive em instâncias superiores à escola, revendo procedimentos sempre que as reivindicações forem procedentes.
 - B) Utilizar vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, sem considerar a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando.
 - C) Subsidiar decisões sobre a utilização de estratégias e abordagens de acordo com as necessidades dos alunos, criar condições de intervir ao final do semestre letivo e a mais longo prazo para sanar dificuldades e redirecionar o trabalho docente.
 - D) Assumir um caráter processual, formativo e classificatório, ser contínua, cumulativa e diagnóstica.

34. De acordo com a Resolução nº 7 de 14 de Dezembro de 2010, o currículo no Ensino Fundamental é orientado por uma Base Nacional Comum Curricular. Sobre a organização curricular a fundamentada nesta normativa, é correto afirmar:
- A) A base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental devem ser consideradas como dois blocos distintos, favorecendo que as redes de Ensino adequem seus currículos de forma assertiva, resguardando a cultura local no processo de aprendizagem de forma consolidada.
 - B) O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, sem contemplar o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.
 - C) Os conteúdos são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ciências Políticas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.
 - D) Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.
35. Conforme o Art. 20 da Resolução nº 7, de 14 de Dezembro de 2010, as escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática. Sobre a gestão democrática na perspectiva desta regulação é **incorreto** afirmar:
- A) O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.
 - B) Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.
 - C) O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais viáveis na sua realidade, definida pelas Secretarias de Educação, para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.
 - D) O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

36. Nas últimas décadas, crianças, jovens e adultos com deficiência tem encontrado mais acesso para a sua escolarização graças as lutas da sociedade civil e de alguns movimentos nacionais e internacionais em prol da garantia e ampliação dos direitos destas pessoas a uma educação de qualidade. (Brasil, 2024). No Brasil, de acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) são denominados estudantes Público da Educação Especial (PEE):
- A) aqueles estudantes que precisam de uma educação inclusiva.
 - B) aqueles que apresentam deficiências e Transtornos do Espectro Autista (TEA).
 - C) aqueles que apresentam deficiências, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação.
 - D) aqueles que apresentam deficiências variadas, Transtornos do Espectro Autista (TEA), altas habilidades e síndrome de Down.
37. Fazem parte dos fundamentos legais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva as seguintes bases legais:
- A) Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/1996), Declaração de Salamanca, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Atuação Colaborativa (Co-ensino).
 - B) Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/1996), Declaração de Salamanca, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Atuação Colaborativa (Co-ensino).
 - C) Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/1996), Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Atuação Colaborativa (Co-ensino).
 - D) Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394/1996), Declaração de Salamanca, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
38. Marque a opção que apresenta a afirmativa verdadeira a respeito da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI).
- A) A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) tem como objetivo ofertar a educação a todos os níveis, etapas e modalidades, assegurando o direito à educação de qualidade na rede regular de ensino, assegurando recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização na Perspectiva da Educação Inclusiva.
 - B) Para assegurar os recursos e serviços educacionais, apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização na Perspectiva da Educação Inclusiva foi instituída A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) que tem como objetivo ofertar a educação no ensino fundamental anos iniciais e finais, assegurando o direito à educação de qualidade na rede regular de ensino.
 - C) Com objetivo de ofertar a educação a todos os níveis, etapas e modalidades, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) assegura o direito à educação de qualidade na rede regular de ensino, impondo barreiras a educação e assegurando recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização na Perspectiva da Educação Inclusiva.
 - D) A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) tem como objetivo ofertar a educação a em algum dos principais níveis, etapas e modalidades, assegurando o direito à educação de qualidade, recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização na Perspectiva da Educação Inclusiva.

39. Sobre o processo de colaboração e o uso de estratégias do ensino colaborativo para o público da Educação Inclusiva marque a alternativa **incorreta**.
- A) Para que a inclusão escolar ocorra de forma exitosa, é imprescindível que aconteçam mudanças no espaço escolar para ofertar a todos os alunos o direito de continuar seus estudos, considerando a capacidade de cada um.
 - B) A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) também prevê, em seu Art. 1º, “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).
 - C) A educação inclusiva, proposta na Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), prevê que a Educação Especial pode ser substitutiva da educação formal e que a escolarização dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser realizada, prioritariamente, na sala comum.
 - D) A matrícula de alunos no ensino comum é prevista aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assim como é assegurado ao atendimento educacional especializado a incumbência de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de maneira a eliminar qualquer tipo de barreira, garantindo, assim, a acessibilidade a todos.
40. A Lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência criada em julho de 2015 tem como objetivo assegurar e promover a inclusão social. Sobre a referida lei assinale a opção que apresenta corretamente como é considerada uma pessoa com deficiência.
- A) Toda e qualquer pessoa com impedimento de curto ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com ou sem barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
 - B) Aquelas pessoas que por vários motivos estão impedidas de realizar interações por enfrentar uma ou mais barreiras que podem obstruir sua participação na sociedade as impedindo de ter seus direitos de cidadãos respeitados.
 - C) As pessoas incapazes física e mentalmente de realizar atividades laborais em seu cotidiano e que por tal impedimento não tem seus plenos direitos respeitados na sociedade.
 - D) Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
41. A Lei nº 13.146 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assegura o direito de ir e vir e o acesso à informação. Para tanto, assegura a acessibilidade urbanística e arquitetônica, a esse respeito, marque o item que consta a redação **incorreta**.
- A) DESENHO UNIVERSAL: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por algumas as pessoas, com ou sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo todos os recursos de tecnologia assistiva.
 - B) BARREIRAS: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.
 - C) ACESSIBILIDADE: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - D) TECNOLOGIA ASSISTIVA OU AJUDA TÉCNICA: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

42. Marque a opção onde está redigido corretamente o conceito de discriminação da pessoa com deficiência.
- A) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção por via de ação direta que tenha o propósito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - B) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
 - C) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis salvo quando as limitações orçamentárias forem comprovadas.
 - D) Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, desde que haja um motivo comprovado, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.
43. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva não estabelece como prioridade:
- A) A formação do professor para atuar na Educação Especial e no AEE.
 - B) A função complementar ou suplementar do atendimento educacional especializado e da Educação Especial, como área responsável pela sua realização.
 - C) A conceituação do público-alvo da Educação Especial, a definição dos espaços para a oferta do atendimento educacional especializado e o turno em que se realiza.
 - D) A obrigatoriedade da matrícula dos alunos, público-alvo da Educação Especial, na substituição do ensino comum e a oferta do atendimento educacional especializado – AEE.
44. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) visa promover o processo de inclusão escolar dos estudantes. Sobre a finalidade desse atendimento marque a afirmativa verdadeira.
- A) Entende-se por Atendimento Educacional Especializado (AEE) todo e qualquer atendimento inclusivo dentro do ambiente escolar com a finalidade de proporcionar aprendizagens independente do público que solicite.
 - B) O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sua especificidade no atendimento das atividades pedagógicas com o objetivo de romper a estrutura do ensino formal na educação básica eliminando barreiras que possam impossibilitar a plena participação do alunado em atividades específicas na sala de aula comum.
 - C) A estrutura do ensino formal no que diz respeito a educação básica tem como objetivo realizar o atendimento formal e contínuo para implementar a inclusão no ambiente escolar proporcionando a livre expressão e a diversidade de oportunidades na escola ficando a cargo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tais especificidades.
 - D) Entende-se por um conjunto de atividades didático-pedagógicas organizadas por um profissional capacitado, objetivando eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo de aprendizagem, considerando suas necessidades específicas; organizado para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes.

45. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte pedagógico e estratégias específicas que possibilitem a aprendizagem efetiva desses estudantes. Escolha a afirmativa que não condiz com os objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE):
- A) Promover condições estruturais e físicas para a continuidade de estudos em todos os níveis, em todas as etapas e modalidades de ensino.
 - B) Acompanhar e orientar individualmente os estudantes que demandem adaptação/flexibilização/acessibilidade curricular, por meio do AEE, em colaboração com os docentes dos componentes curriculares.
 - C) Orientar e auxiliar os docentes dos componentes curriculares quanto às adaptações e materiais didático-pedagógicos acessíveis para as disciplinas, acompanhando o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os alunos que demandam adaptação/flexibilização/acessibilidade.
 - D) Contribuir para eliminar, e, quando não for possível, minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, programáticas e atitudinais enfrentadas pelos estudantes com necessidades educacionais específicas, em articulação com os núcleos e coordenações de acessibilidade (Napne, Capne, Cnapne, NAE e equivalentes), assistência estudantil, setor pedagógico e colegiados de cursos.
46. “Para entender o que é e como incluir temos de nos desfazer do que nos fez excluir, sem ou com intenção de fazê-lo.” (Mantoan, 2017). Partindo dessa afirmação de Mantoan marque a afirmativa correta.
- A) A atuação docente no contexto da inclusão precisa estar permeada de interpelações, dúvidas e incertezas sobre a conduta adotada.
 - B) O conhecimento é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Não existe “o” caminho, mas caminhos a escolher e decisões a tomar.
 - C) O docente precisa enxergar o aluno como um sujeito que está em processo de construção histórica e social e é um reproduzidor do saber do professor.
 - D) O ensino curricular na escola deve isolar e separar os conhecimentos em disciplinas curriculares.
47. São leis que versam sobre a educação inclusiva, **exceto**:
- A) Lei Brasileira de Inclusão.
 - B) Constituição Federal de 1988.
 - C) Código Civil (Lei nº 10.406/2002).
 - D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996).
48. A respeito dos marcos da educação inclusiva assinale a afirmativa **incorreta**.
- A) A partir da LDB vigente em 1996 a educação especial torna-se modalidade que transversaliza todos os níveis de ensino.
 - B) O código penal de 1940 acrescenta que a educação é fundamental para o desenvolvimento das pessoas auxiliando na construção de uma sociedade mais justa.
 - C) Na Convenção Sobre o Direito das Pessoas com Deficiência em 2006 observou-se uma mudança no paradigma da deficiência que passou a ser vista como modelo social, ao invés de um modelo reabilitador.
 - D) A declaração de Salamanca em 1994 é um marco mundial na perspectiva da educação inclusiva.

49. Marque os três encaminhamentos necessários para solicitar o Atendimento Educacional Especializado na escola:

- A) I - após a matrícula: quando o estudante assinala a opção que o qualifica como Pessoa com Deficiência (PcD);
II - de forma espontânea: quando o próprio estudante ou a família apresentam a demanda à escola;
III - por identificação: quando os servidores em Educação, ligados diretamente aos setores de ensino, perceberem esta necessidade, dentro ou fora do espaço de sala de aula, mediante parecer pedagógico especializado.
- B) I - antes de efetivar a matrícula: quando o estudante assinala a opção que o qualifica como Pessoa com Deficiência (PcD);
II - de forma espontânea: quando o próprio estudante ou a família apresentam a demanda à escola;
III - por identificação: quando os servidores em Educação, ligados diretamente aos setores de ensino, perceberem esta necessidade, dentro ou fora do espaço de sala de aula, mediante parecer pedagógico especializado.
- C) I - após a matrícula: quando o estudante assinala a opção que o qualifica como Pessoa com Deficiência (PcD);
II - apenas quando a família apresenta a demanda à escola;
III - por identificação: quando os servidores em Educação, ligados diretamente aos setores de ensino, perceberem esta necessidade, dentro ou fora do espaço de sala de aula, mediante parecer pedagógico especializado.
- D) I - antes de efetivar a matrícula: quando o estudante assinala a opção que o qualifica como Pessoa com Deficiência (PcD);
II - apenas quando a família apresenta a demanda à escola;
III - por identificação: quando os servidores em Educação, ligados diretamente ou indiretamente aos setores de ensino, perceberem esta necessidade, dentro ou fora do espaço de sala de aula, mediante parecer pedagógico especializado.

50. Toda criança é diferente. Mas todas são iguais no direito indisponível de estudar com seus pares em nossas escolas. (Manton, 2020) Da carga horária no Atendimento Educacional Especializado AEE, não recomenda-se:

- A) O docente do AEE disponibilizará carga horária para a participação das reuniões pedagógicas, de colegiado de curso e conselhos de classe, com vistas a auxiliar aos demais docentes e equipes pedagógicas nos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial.
- B) O cômputo de carga horária não será correspondente ao estabelecido para os docentes do ensino regular para a preparação didática e planejamento das aulas, conforme normativas institucionais relacionadas aos encargos docentes.
- C) O docente do AEE disponibilizará, sempre que possível, carga horária para orientação aos docentes dos componentes curriculares dos cursos, por meio do trabalho colaborativo e para atuação em conjunto com os referidos docentes, por meio do ensino colaborativo.
- D) Para fins de atividades de atendimento dos estudantes, individualmente ou em grupos, o cômputo de carga horária será equivalente à carga horária em sala de aula dos docentes do ensino regular, observando os mínimos e máximos estabelecidos pelas normativas institucionais relacionadas aos encargos docentes.